

# Editorial

Vivemos tempos conturbados e, ao mesmo tempo, plenos de novas e inescrutáveis possibilidades. As tecnologias eletrônicas de comunicação, repercutidas nas redes sociais digitais, paradoxalmente, impelem ao contato, mas substituem possibilidades mais personalizadas e humanizadas. Ao mesmo tempo, individualmente, sente-se o desafio ininterrupto de se estar permanentemente defasado, mesmo buscando, também permanentemente, a última invenção, o último modelo da última máquina que, parece, enfim nos redimirá do “anacrônico” e da precariedade de ser “simplesmente” humano.

É nesse cenário que este número da revista *Educação & Linguagem*, que reúne os números 23 e 24, traz conteúdos que clamam pelo valor do humano que se manifesta na diversidade, na justiça e na liberdade de consciência e de opinião – em resumo, clama pelo valor da democracia, que se ampara e, ao mesmo tempo, sustenta uma educação que tem a pluralidade humana como referência. Tanto o dossiê quanto a segunda parte da revista têm esse compromisso.

No conjunto monumental de sua obra, Hannah Arendt trouxe contribuições indispensáveis que demonstram como uma sociedade que se pretende “virtuosamente” homogênea busca, por isso, fazer-se homogeneizadora, ainda que à base da violência, da destruição e mesmo da barbárie. Em texto concebido ao longo da década de 1940 e publicado pela primeira vez no início da década de 1950, ensina Arendt que:

Tal como o medo e a impotência que vêm do medo são princípios antipolíticos e levam os homens a uma situação contrária à

ação política, também a solidão e a dedução do pior por meio da lógica ideológica, que advém da solidão, representam uma situação antissocial e contêm um princípio que pode destruir toda forma de vida humana em comum.<sup>1</sup>

Sessenta anos após a publicação, o tema da solidão, como abordado por Arendt, quanto aos riscos éticos e políticos da solidão que é organizada a partir de interesses que preparam o totalitarismo (que pode assumir muitas formas, todas adversárias da democracia), ressoa com vigor ainda mais notável.

Se a educação se realiza plenamente apenas como ato social que focaliza o desenvolvimento da autonomia, é apenas a alteridade que pode fertilizar e potencializar a autonomia que prima pelo respeito, pela ética e pela solidariedade, e não pelo individualismo. Por isso, a pluralidade humana encontra na diversidade e em suas manifestações tão explícitas um campo de trabalho e apoio singularmente propício à educação que se pretende democrática.

Com esse fundamento, o dossiê deste volume traz resultados de pesquisas que trabalham o tema da diversidade a partir de outros enfoques, dando atenção a diferentes grupos e questões. Sua organização foi entregue a Zeila de Brito Fabri Demartini, pesquisadora e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Metodista, que, a seguir, oferece ao leitor uma apresentação cuidadosa dos artigos ali incluídos, elaborados por pesquisadores renomados, oriundos de diferentes áreas e instituições. Da infância às questões da educação nas fronteiras geopolíticas do Brasil, passando pelos percursos (e percalços) das imigrações, dos resultados de ações afirmativas, da educação com populações quilombolas, entre outros temas – em tudo, a riqueza dos trabalhos permite uma privilegiada mirada sobre algumas das pesquisas mais recentes que a área da educação e áreas afins têm produzido em perspectivas críticas.

---

<sup>1</sup> Arendt, Hannah. **Origens do totalitarismo** (Anti-semitismo. Imperialismo. Totalitarismo). São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 530-531.

A segunda parte deste volume também trabalha a questão da diversidade, trazendo uma reflexão teórica, resultado de investigação desenvolvida por um grupo de pesquisa ao longo de um ano, e duas narrativas analíticas de grande força no contexto latino-americano.

O artigo Materialismo histórico: contribuições para o estudo da violência e para a pesquisa dialética em educação, é de autoria de Kelen dos Santos Junges, diretora acadêmica do Centro Universitário de União da Vitória, Paraná, com Maria Cristina Elias Esper Stival, docente e pesquisadora da Universidade Tuiuti e da Faculdade Educacional da Lapa, também do Paraná. O trabalho traz resultados de um grupo de pesquisa que decidiu assumir os desafios de estudar a violência não apenas com base em referencial teórico o materialismo histórico, mas também de estruturar seu trabalho, como grupo e como proposta de investigação, a partir da dialética. Além de clamarem por extensão e aprofundamento de estudos e pesquisas no tema e nesse desafiador tipo de abordagem, concluem também que

(...) ao propor realizar uma “pesquisa dialética”, na perspectiva materialista histórica, o pesquisador deve despojar-se de qualquer pensamento unilateral, fragmentado e acabado do mundo, das coisas e dos fatos. Precisa ter plena consciência crítica de sua visão de mundo e da realidade, de suas relações e contradições, do lugar e do tempo em que está inserido e de que estes elementos fazem parte de um todo interligado: uma sociedade política, econômica e cultural, garantindo o rigor metodológico que lhe cabe.

Fruto de seu processo de pós-doutoramento desenvolvido junto ao PPGE da Metodista ao longo de 2011, Graça Graúna, professora adjunta da Universidade de Pernambuco, oferece-nos o sensível artigo Educação, literatura e direitos humanos: visões indígenas da lei 11.645/08, voltado para o debate da inclusão, no currículo, da temática relativa à história e cultura afro-brasileiras e indígenas. Ao mesmo tempo em que trata das possibilidades

educativas do diálogo entre literatura, educação e direitos humanos, e debate a complexa relação entre os conteúdos ensinados nas escolas não-indígenas e nas escolas não-indígenas, Graúna enfatiza a visão indígena sobre a obrigatoriedade legal e implantação da mencionada lei, a partir de investigação que incluiu resultados de questionário apresentado a dezenas de lideranças indígenas, companheiros e companheiras de Graça Graúna, que une a vida acadêmica e a vida pessoal, a destacado papel histórico desempenhado em propostas e conquistas que, pouco a pouco, colaboram para que o Brasil possa efetivamente respeitar os direitos indígenas, em particular no que se refere à responsabilidades da escola e da educação, como um todo.

Ainda em sua segunda parte, este periódico traz, de forma destacada, a contribuição singular *La experiencia de la Comisión de la Verdad y Reconciliación del Perú*, texto da conferência pronunciada na Universidade Metodista de São Paulo, em agosto de 2010, por Salomón Lerner Febres, reitor emérito da Pontifícia Universidade Católica do Peru, em Lima, que atuou também como presidente da Comissão da Verdade e Reconciliação do Peru, no período de 2001 a 2003, a qual investigou violações de direitos humanos cometidas no Peru entre 1980 e 2000. Participando da I Semana de Educação em Direitos Humanos “Memória, Justiça, Liberdade”, organizada pelo Núcleo de Educação em Direitos Humanos, vinculado ao PPGE da Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de São Paulo, Lerner apresentou o testemunho vivo de um trabalho histórico no qual a presença acadêmica fez a diferença.

Além de relatar os processos de apuração das violações desenvolvidos por aquela Comissão, o conferencista analisou como cuidadosamente a Comissão registrou e tornou público todos os depoimentos e achados investigativos, com repercussões para a história do povo peruano. Lerner, durante sua estada na Metodista, demonstrou, em especial – e o texto da conferência aqui publicada expressa essa característica – como trabalhar em favor dos direitos humanos é, em primeiro lugar, dar exemplo

a partir de seus próprios atos. Não poderia ser melhor a lição provida de um texto histórico primoroso, em momento em que o Brasil acaba de aprovar, com a devida sanção da presidente Dilma, a tão reivindicada Comissão de Verdade.

Finalmente, a terceira sessão deste volume de Educação & Linguagem traz uma resenha e um informe.

A resenha, de Neuza Maria de Souza Feitoza, mestranda do PPGE, aborda o livro *Hacia una Psicología Social de la Educación*, obra organizada por Susana Seidmann e Clarilza Prado de Souza, recém-publicada em Buenos Aires pela editora Teseo. Vale mencionar que o livro conta com capítulos de docentes do PPGE que participam do grupo de pesquisa que, ali, publica resultados das investigações que têm desenvolvido articulando diferentes instituições universitárias e de pesquisa de outras partes do mundo, o que é tratado na resenha.

A nota informativa é de Fábio Botelho Josgrilberg, Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Metodista de São Paulo, em coautoria com Roger Marchesini de Quadros Souza, docente e pesquisador do PPGE, trata do I Simpósio de Pesquisa do Grande ABC, que se realizou, pela primeira vez, em novembro de 2011, reunindo universidades e instituições de pesquisa dessa região singular da Grande São Paulo. Indica novos rumos, de integração e cooperação, que se vislumbram regionalmente, trazendo inserção social diferenciada à Metodista e ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

Esperamos que este volume da revista Educação & Linguagem possa demonstrar as múltiplas buscas que a pesquisa acadêmica permite, na direção de conhecer e valorizar a diversidade, seja pelas construções do presente, seja pela compreensão dos erros e acertos do passado, mas, sobretudo, por indicar quão insubstituível é a pluralidade humana para o futuro de todos e todas.

São Bernardo do Campo, dezembro de 2011

*Roseli Fischmann*  
*Editora da Educação & Linguagem*